

EQUÍVOCOS EM DISCURSOS AMBIENTALISTAS

(entrevista ao Professor Sidónio Pardal conduzida por Zélia Pinheiro, publicada no Jornal "O Independente")

ZP – O que é a Natureza?

SP – Numa perspectiva lógica e filosófica, como não há nada fora da Natureza, em rigor ela é uma coisa indiscernível, tudo é Natureza, até aquilo que se considera "anti-natural".

ZP – Como interpreta o reconhecimento generalizado de que a natureza está em perigo?

SP – O que está em perigo são coisas que nós estimamos e que são importantes para o nosso conforto e mesmo sobrevivência. São valores associados a paisagens, espécies animais e vegetais, à qualidade da água, do ar que respiramos – mas isso não legitima concluir que a natureza está em perigo. A humanidade é que está em perigo.

Entendo o significado de "natureza" que está subjacente à sua pergunta, mas não pode confinar a Natureza só às coisas que para nós são valores e recursos e que queremos preservar e valorizar.

ZP – Concorda então que a protecção dessas coisas boas da natureza é uma prioridade face à progressiva degradação ambiental.

SP – Vamos por partes. A problemática ambiental diz essencialmente respeito à despoluição do ar, da água, do solo, do ruído, à recolha e tratamento dos resíduos sólidos, controlo de focos infecto-contagiosos e de fontes de radiações perigosas. Este conjunto de factores que, de algum modo, possam pôr em causa a saúde dos homens, das plantas e dos animais, são matéria a tratar pela Engenharia do Ambiente, que tem as suas origens nas vertentes higienistas e sanitaristas da Engenharia Civil, desde os princípios do século XIX.

ZP – E a protecção da Natureza?

SP – A sua pergunta reporta-se a uma "ideia de natureza" eminentemente ideológica, moral, o que não tem nada de errado se não escamotearmos esse facto. A "sua natureza", que se subentende boa, providencial, acolhedora é já uma construção opcional do Mundo, uma interpretação selectiva das coisas, o que nos envolve numa questão eminentemente política, que tem a ver com os interesses das pessoas, dos grupos e com a prática do poder jurídico, administrativo e económico que eles estruturam.

ZP – Entende que deveria ser mais rigorosa a legislação para reduzir a poluição?

SP – Há muitos tipos de poluição: deitar lixo para o chão, nos espaços públicos, é um acto de má educação que merece ser simplesmente proibido; já a redução dos níveis de poluição das actividades industriais e agrícolas e do trânsito automóvel não é tão simples, porque está dependente da capacidade económica das famílias e das instituições. A legislação anti-poluição e o rigor da sua aplicação interferem com os custos de produção, a ponto de, também aí, se decidir a viabilidade das empresas e dos seus postos de trabalho. A parametrização dos níveis de poluição toleráveis e as garantias de seriedade de isenção na fiscalização são actualmente assuntos da maior importância.

ZP – Então só os países ricos é que podem ter um bom ambiente?

SP – A capacidade económica é, de facto, uma condição necessária para uma sociedade poder ter uma política ambiental consequente. E obviamente que é condenável que países ou empresas ricos instalem actividades poluentes em regiões mais indefesas sob o ponto de vista político, jurídico e administrativo. Mas não esqueça que a poluição tem cada vez mais efeitos globais.

ZP – Entende que os discursos ambientalistas ignoram as realidades económicas?

SP – Há muitos estudos sérios sobre a “economia do ambiente”, mas está bem patente que muitos dos discursos de cariz ambientalista chegam a ser retrógrados, contra o desenvolvimento, exploram emocionalmente o fundamentado medo que a população tem das poluições que nos ameaçam e afectam, por vezes esses discursos obedecem a interesses políticos e económicos. Justifica-se portanto uma atenção crítica à instrumentalização oportunista das questões ambientais.

ZP – A poluição e as questões ambientais em geral não são o maior problema da sociedade contemporânea?

SP – É um grande problema mas de segunda ordem. Isto é, só podem ter solução depois de existirem condições estruturais ao nível do Corpo do Direito, da configuração das Instituições, das garantias de paz e segurança social. Sem estas condições de base não é possível cuidar das questões ambientais.

A insuficiência do pensamento teórico sobre o Direito e sobre a organização político-administrativa dos Estados e das Autarquias é o principal factor limitante ao desenvolvimento da sociedade contemporânea e impede a resolução concreta de questões como as do foro ambiental.

O nosso futuro depende do conteúdo dos relacionamentos comunicacionais entre as instituições, das suas capacidades de argumentação, do modo como lhes são atribuídas responsabilidades e avaliado o mérito do seu desempenho. Isto nas perspectivas do local, nacional e internacional.

ZP – A protecção da paisagem e da floresta é um problema ambiental?

SP – Se for o caso de as proteger de focos de poluição concretos, aí é chamada a intervir a Engenharia Ambiental, mas o projectar, construir e conservar a paisagem é matéria da Arquitectura Paisagista. E a condução da floresta e dos espaços silvestres em geral é da competência da Engenharia Silvícola e da Biologia aplicada. Note que, em princípio, as florestas são ecossistemas com uma grande estabilidade e onde não se geram riscos de poluição. A floresta não é, de todo, uma zona com problemas ambientais, mesmo quando é afectada pelo fogo; por isso nada justifica que os espaços silvestres sejam subtraídos aos cuidados dos Serviços Florestais para serem tutelados pelos Serviços do Ambiente.

ZP – Esse expansionismo do ambiente terá a ver com uma nova difusão de conhecimentos sobre a floresta e a vida selvagem que se faz sob a designação de educação ambiental?

SP – Há de facto uma exploração ideológica ambientalista negativa e obscurantista que vem desde o século XIX com a *naturphilosofie*. Na melhor tradição pedagógica o ensino dessas matérias faz-se no âmbito de ciências como a Biologia, Bioquímica, Geomorfologia e outras, que completam o domínio das denominadas Ciências Naturais. Abandonar o método e o rigor do ensino dessas ciências permite a difusão de ideias deturpadas que resvalam para a instrumentalização ideológica das consciências.

ZP – O que pensa do papel das Organizações Não Governamentais ambientalistas?

SP – Como sabe as ONG devem estar vinculadas a princípios deontológicos que, entre outras coisas, exigem uma absoluta independência das suas estruturas relativamente aos órgãos do Estado e, também, a interesses empresariais privados. Quando não se respeita esta garantia de autonomia e isenção as regras do jogo ficam subvertidas. Hoje, na prática, todas essas organizações estão dependentes de subsídios do Estado e de protocolos com Municípios e empresas.

ZP – Nesse contexto ficará sempre subjacente a dúvida de ter ou não havido "pressão" para a obtenção dos financiamentos?

SP – As ONG ambientalistas, sob compromisso de honra, devem afastar qualquer possibilidade de suspeita sobre pressões do tipo: "dá-me um subsídio para obteres elogios

ao teu ambiente, ou para evitar críticas". Uma situação destas configuraria uma quase-chantagem.

ZP – Qual é a sua opinião sobre o caso da “co-incineração dos lixos tóxicos” desencadeado pela Senhora Ministra do Ambiente, Dra. Elisa Ferreira?

SP – Depois do debate confuso em torno da Regionalização, o debate que excitou a opinião pública a propósito da co-incineração de lixos tóxicos também não foi brilhante. A Sra. Ministra mostrou uma preocupação responsável e apostou numa solução que está correcta, pelo menos ao querer identificar os produtores de lixos perigosos e criar um serviço de recolha dos mesmos para proceder à sua triagem e dar o adequado tratamento a cada tipo de resíduo.

A medida política afigura-se correcta. Creio que falhou a base de argumentação técnico-científica no que diz respeito à co-incineração nas cimenteiras. Quando se questionou o que iria acontecer nesse processo, faltou um pronto esclarecimento da composição química dos lixos a tratar, a equação das transformações e reacções físicas e químicas que iriam decorrer durante as combustões às diversas temperaturas possíveis e prováveis no interior dos fornos. A questão da explicitação técnica dos tipos de filtros a utilizar e as garantias de fiscalização de todo o processo era também importante. As lacunas técnicas nesta argumentação fragilizaram a posição politicamente acertada da Sra. Ministra, o que é pena. A coragem da Sra. Ministra merecia apoio, cooperação e uma acção crítica construtiva. Este processo foi discutido de uma forma muito emocional, agravado pela pressão da comunicação social.

Note que hoje está tudo “calmo” como se os lixos perigosos tivessem deixado de existir após a suspensão do processo. É assustador que os lixos andem por aí despejados sem qualquer tratamento.

ZP – As avaliações de impacte ambiental melhoraram o controlo dos empreendimentos?

SP – Na sua melhor tradição, a Arquitectura e a Engenharia sempre avaliaram os seus efeitos no território, mesmo os colaterais. É pertinente que os empreendimentos que envolvem riscos de poluição sejam objecto de uma avaliação ambiental, mas, os ditos Estudos de Impacte Ambiental têm um âmbito que ultrapassa largamente as questões da poluição e querem avaliar e criticar tudo numa perspectiva global. Chega a ser caricata a forma como estes instrumentos se intrometem nas questões urbanísticas em geral. Na prática, constituem um processo estereotipado de legitimação da decisão política sobre quase todos os tipos de empreendimentos e prestam-se a dar cobertura a qualquer

decisão política. Seria prudente confinar os EIA ao âmbito estrito dos problemas da poluição. Os Estudos de Impacte Arquitectónico, Paisagístico, de Trânsito, ou de outras especialidades, terão outra metodologia, outra argumentação e outras instituições competentes que não o Ministério do Ambiente. Se for o caso de se proceder à avaliação integrada das transformações territoriais ela fez-se sempre no âmbito de um bom planeamento urbanístico.

ZP – Os PDM (planos Directores Municipais) correspondem a esse "bom planeamento urbanístico"?

SP – Infelizmente os PDM são de uma grande pobreza urbanística e em grande parte servem de pretexto para se dispensarem os planos de urbanização e de pormenor

ZP – Na prática a principal questão que agita os PDM é a demarcação da RAN (reserva agrícola nacional) e da REN (reserva ecológica nacional).

Na sua qualidade de Eng. Agrónomo, Arq. Paisagista e Urbanista o que é que pensa destas reservas?

SP – São dois instrumentos jurídicos que assentam num conjunto de falsos argumentos. O fraseado pretensamente científico e técnico do discurso encobre motivações de conquista de poder político e administrativo sobre as dinâmicas do imobiliário particularmente sobre a autorização de urbanizações e construções.

A dita "reserva agrícola" confunde solos agrícolas com solos de elevado fundo de fertilidade e considera que estes são um recurso natural escasso e providencial, ignorando que culturas como a vinha, uma das mais rentáveis, requer solos pobres e incipientes. Observe o caso da vinha no Douro onde o melhor vinho se faz em xistos esqueléticos com pendentes muito acentuadas. Ilude-se também o facto de grande parte dos solos de elevada fertilidade, pedologicamente desenvolvidos, serem o resultado do trabalho dos agricultores. Disso é exemplo a transformação de zonas arenosas e estéreis, como as da Gafanha da Ria de Aveiro em campos agrícolas de alta fertilidade. O uso agrícola do solo não é pré-determinável como se quer fazer crer pois depende fundamentalmente de razões económicas das técnicas agronómicas, do acesso dos agricultores ao solo e das suas capacidades de decisão.

A motivação da lei da "reserva agrícola" não está na questão agrícola mas em controlar as urbanizações e construções nos espaços demarcados como agrícolas, que são cerca de 20% do território Nacional. Com esta lógica desde 1975 foram aprovadas milhares de

urbanizações fora dos perímetros urbanos legitimadas com o argumento de que “o terreno em causa não está na **“reserva agrícola nacional”**”. Desta forma cerca de 80% do território ficou aberto à urbanização. Desta irracionalidade apercebeu-se em 1980, o então Primeiro Ministro Dr. Sá Carneiro que, com a oportuna e firme nomeação da Dr.^a Margarida Borges de Carvalho para o cargo de Secretária de Estado do Ambiente, se propunha normalizar este sector.

ZP – Sá Carneiro morre em Novembro 1980. A situação das “reservas” agrava-se posteriormente, em 1982, com a publicação da “reserva ecológica”?

SP – Essa “reserva” proíbe todas as actividades em cerca de 40% do território. Os argumentos são irracionais e dão cobertura a actos de prepotência sobre muitos habitantes e proprietários. Chega-se ao ponto de interditar nestes terrenos a exploração florestal, a limpeza de matos, a silvo-pastorícia, a melhoria de uma habitação e das condições de trabalho. Acresce ainda que a afectação, ou não afectação, de um terreno ao estatuto de reserva remete para o foro da arbitrariedade técnico-administrativa.

ZP – Mas concorda que é necessário e importante haver parques e reservas?

SP – Isso é outra coisa. É fundamental salvaguardar e valorizar ecossistemas e paisagens únicas com os estatutos de parque nacional, parque natural e de reservas integrais. Estas reservas são objectivamente identificadas pelo seu interesse científico. Não têm nada a ver com a “reserva agrícola e ecológica” de que estávamos a falar.

Adianto ainda que o País, para além da rede de parques e reservas — os autênticos — necessita de ter uma significativa parte dos espaços silvestres com o estatuto de floresta nacional, cujos terrenos sejam propriedade do Estado e acompanhados por um serviço florestal eficiente. A actual área das florestas nacionais não chega a 2% do território. É desejável que esta percentagem evolua para os 8 a 10%, à semelhança de outros países evoluídos neste sector (creio que em França a área florestal do Estado é superior a 7%).

ZP – É possível, resumidamente, dar-nos uma ideia dos valores que estão em jogo quando uma propriedade fica dentro das reservas ou é classificado como urbanizável?

SP – A avaliação imobiliária é sempre muito casuística mas, para não fugir à sua pergunta dou-lhe estes parâmetros indicativos: um terreno florestal de produção não deveria valer mais do que 500 contos por hectare; um bom terreno agrícola pode chegar a valores de 4000 contos por hectare; um terreno rústico que passa a ser urbanizável (com cargas da

ordem dos 60 fogos/ha) poderá atingir incrementos de valor da ordem dos 200 000 contos por hectare. Por isso o planeamento urbanístico tem na política de solos, no equilíbrio e moderação de preços do mercado imobiliário, um dos seus mais sérios desafios.

ZP – Que pensa da plantação de espécies exóticas que infestam as nossas florestas?

SP – Essa pergunta tem muitos subentendidos e não é fácil responder no curto espaço desta entrevista. A ideia de “perseguir” as espécies exóticas surge nos anos 20, na mente de um grupo de botânicos alemães, onde se destacaram senhores como Tüxen, ... Na base dessa ideia está a máxima nazi: “*exoten raus*” que quer dizer “estrangeiros fora”.

Há espécies da flora local que, na agricultura, são tratadas como infestantes; algumas variedades de acácias, espécie exótica oriunda da Austrália, são perigosas infestantes nos nossos espaços florestais mas, por exemplo, o eucalipto, também oriundo da Austrália, sendo uma espécie polémica na política florestal, não é uma infestante. Há muitas espécies exóticas que se integram perfeitamente na nossa paisagem e enriquecem a nossa flora: as camélias oriundas do Japão são hoje também “naturalmente” minhotas; as sequóias norte-americanas fazem parte da arquitectura do Parque da Pena, em Sintra; não podemos imaginar Lisboa sem os jacarandás, que têm a sua origem na Amazónia, as cerejeiras, as noqueiras, as nespereiras andam por aqui sem fazer mal a ninguém. Há que ter cuidado com estes pré-conceitos.

ZP – Concorda com as críticas dirigidas aos campos de golfe, no Algarve, por serem grandes consumidores de água e poluidores devido aos adubos neles utilizados?

SP – Um campo de golfe tem cerca de 15 hectares de área regada e consome menos água do que qualquer cultura agrícola de regadio. No Algarve existem actualmente cerca de 20 campos de golfe, com 300 ha regados. Os serviços de agricultura do Algarve, sem grande sucesso, estão a incentivar os agricultores para aumentar a área de regadio em milhares de hectares. Portugal tem fartos recursos hídricos. Os problemas estão nos sistemas de armazenamento, captação e distribuição. Os consumos de água e as adubações nos campos de golfe são insignificantes quando comparados com os da agricultura que ninguém questiona. São no mínimo surpreendentes essas críticas ao golfe e que têm sido exploradas na comunicação social. Não têm razão de ser, mas seguramente lá terão as suas motivações!

ZP – Na sua opinião qual é o maior risco ambiental que ameaça a Terra?

SP – Os acidentes relacionados com o nuclear, seja na indústria seja no sector militar,

representam riscos assustadores. Está aqui certamente o maior risco que corremos. A poluição da água dos oceanos e dos rios é também preocupante, sem minimizar os outros tipos de poluição.

ZP – Sente-se portanto bem por Portugal ser um país desnuclearizado?

SP – As coisas não são assim tão lineares. Não ignore que Lisboa está sob o chapéu de risco da central nuclear de Almaraz. A posição dos movimentos ecologistas que nos anos 70 e 80 andavam com o autocolante do “Nuclear? Não, obrigado!” contribuiu para intimidar os decisores políticos retirando-lhes margem de manobra o que acabou por afastar Portugal da sociedade que estava em formação com a Espanha para a construção de uma central nuclear comum. Acabou por avançar a Espanha sozinha ficando ela com todos os benefícios industriais, científicos, económicos e energéticos. Apenas dividiu com Portugal os riscos de poluição. Acresce que em breve, se não já actualmente, a União Europeia vai contribuir para desactivar as centrais nucleares ultrapassadas, o que envolverá grandes recursos em investimentos técnico-científicos, obras de engenharia e Portugal ficará, de certo modo, marginalizado deste processo. Tem sentido, pelo menos, questionar a decisão tomada nos anos 80 sobre a nossa política energética. Consciente dos riscos que o nuclear representa para a humanidade mas também consciente de que, perante a inevitabilidade do nosso território ficar sob a influência dos riscos de centrais nucleares, preferia que o governo do meu país tivesse assento à mesa das decisões de gestão e fiscalização dessas centrais. Estas matérias devem ser abordadas de uma forma esclarecida sobre a realidade, e não de uma forma irracional com base em pressupostos emocionais e ideológicos.

ZP – Acha importante o contributo dos “partidos verdes”, ambientalistas?

SP – Há qualquer coisa de caricato nos partidos temáticos sejam os ambientalistas, o partido da agricultura (existiu um na Polónia com esse nome), o partido da virtude (há um com esta designação na Turquia). Imagine o *nonsense* de um partido da educação ou da saúde. Um partido tem de se apresentar à sociedade com um programa político integrado, abrangendo todos os domínios que estruturam a vida de um país e que envolvem a responsabilidade e a acção do Estado. Ambientalistas somos todos. Não é educado presumir que há alguém que goste da poluição e da degradação das condições de vida portanto, nesta matéria, não há divisões no eleitorado, pode haver é confusões.